



Por Claudia Safatle

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter especial da "Folha", diretora do "JB" e assessora do Banco Central. É diretora-adjunta de redação

A política fiscal pós-pandemia

“Precisamos parar com mitos, panaceias, simplismos”, defende o economista José Roberto Afonso

30/04/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

No debate sobre política fiscal pós-pandemia surge alternativa à lei do teto do gasto público. Trata-se de uma proposta de substituição do teto por limites para o crescimento da dívida pública, defendida pelo economista e especialista em contas públicas Jose Roberto Afonso, em seminário virtual patrocinado pela Instituição Fiscal Independente (IFI) e pelo Tribunal de Contas da União, na terça-feira. Tal mudança alinharia o Brasil ao que está ocorrendo em vários outros países, no mundo pós covid-19, a exemplo da Nova Zelândia.

“Gasto só pode ser âncora para estabilidade supondo que a receita está garantida e será crescente. Com recessão, inflação baixa e a receita indo ladeira abaixo, essa variável perde eficácia”, segundo Afonso. Nesse caso, defende, “a âncora tem que ser a dívida, por teoria e pela experiência internacional. É só ver a literatura, inclusive a recente, reforça isso ainda mais”, diz ele. Afonso cita textos de Vitor Gaspar, diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI), que trata da meta para a dívida, e de Olivier Blanchard e Leandro Zettelmeyer, que advogam uma política fiscal para a União Europeia mais baseada em padrões (“fiscal standards”) que em regras (“fiscal rules”), e em prescrições qualitativas. Este é o chamado Novo Consenso Fiscal, concebido após a pandemia.

Novo consenso é ter menos regras e mais padrões

“O mais importante, agora, é construir um regime fiscal, que significa ponderar as diferentes peças. Conforme a realidade e o tempo, você mexe em uma ou em outra”, diz Afonso. Não é prudente, segundo ele, colocar todos os ovos em uma só cesta. A hora, agora, é de consolidar as regras e instituições fiscais. Isso é matéria muito mais para o Congresso do que para Executivo. “Essa é uma empreitada para se discutir, para se debater”, sugere ele.

“Precisamos parar com mitos, panaceias, simplismos. A matéria fiscal é complexa, muda ao longo do tempo, muda conforme a situação econômica. Se o mundo muda, e mudou radicalmente, precisamos também mudar as regras”, adianta.

Para o economista, é preciso separar as regras do jogo da opção de jogo. Isso, em um campo de futebol, significa que cada time entra com 11 jogadores, a bola é redonda e tem uma trave de cada lado. Essas são as regras. A estratégia do jogo, por exemplo, poderá ser jogar mais no ataque ou na defesa.

Neste momento de recessão, “o jogo da política fiscal é ser expansionista”. Gastar mais com saúde, com proteção social, aumentar a carga tributária é a política fiscal predominante mundo afora, sublinha o economista. “A realidade atual exige isso, temos uma pandemia, uma recessão e uma sociedade que não aceita mais tanta pobreza e desigualdade”, salienta. Há cinco anos atrás, quando foi aprovada a lei do teto do gasto público, que limitou a variação da despesa a cada ano à inflação do

período anterior, ou seja, congelou o gasto em termos reais, “não era essa a opção política. Ali estava se pagando a conta da grande crise financeira de 2008/2009”.

Uma das queixas da profusão de regras criadas no país para conter a despesa e, conseqüentemente, a trajetória ascendente da dívida como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) é que elas ficaram confusas, por vezes contraditórias e incompletas. “É um bom momento para consolidar, revisar, debater e, sobretudo, harmonizá-las”, diz. Afonso sugere consolidar toda a legislação em uma lei complementar. E o primeiro passo para isso seria desconstitucionalizar as normas fiscais. “Nenhum país do mundo tem tanta regra de finanças públicas no texto constitucional, e isso não garantiu estabilidade fiscal ao Brasil.”

É evidente que nem todos os economistas pensam dessa forma. Mesmo não tendo lá grandes simpatias pela lei do teto, que precisa ser aperfeiçoada, há os que advogam o controle direto do gasto público, pois a dívida interna é consequência do aumento da despesa. Instituída em 2016, a lei do teto foi inicialmente bastante frouxa, segundo os critérios do governo Michel Temer. A reforma da Previdência, de 2019, porém não interrompeu o crescimento dos benefícios acima da inflação. O mais correto, dada a realidade das contas públicas, seria flexibilizar a regra do teto para que o gasto possa crescer ao menos pela variação do PIB.

Há quem veja nesse debate uma peça para enganar as pessoas, “Isso é invencionice para pegar otários”, diz um ex-ministro da Fazenda. O fato é que a despesa bateu no teto e ninguém quer rever os gastos. Há, ainda, os que esmiuçam as contas do Orçamento recém-aprovado para este ano e encontram despesas superestimadas e não entendem como é que não se aloca recurso para o IBGE fazer o Censo!

Outra argumentação é a de que estabelecer limite para a dívida interna é dar mais poder ao Legislativo para que ele possa infernizar a vida do Executivo. Foi assim com o Congresso americano e o então presidente Obama quando o país perdeu o rating AAA (triplo A) que era atribuído à sua dívida pública.

Para não ser uma medida que represente apenas “tirar o sofá da sala”, uma fonte especialista em administração da dívida deu uma reformulada na proposta de Afonso de maneira que a dívida seja um gatilho para ações mais duras. Um exemplo hipotético: se a dívida atingir 93% do PIB, dispara-se o gatilho que congela os salários do funcionalismo por cinco anos. Hoje a dívida corresponde a 90% do PIB.

O problema é se a troca de teto do gasto por limite para a dívida for entendida apenas como uma troca de termômetro de quem não está querendo fazer ajuste algum. A experiência de abrir os cofres públicos como medida para estimular a atividade econômica em 2014 foi traumática. O crescimento até pode surpreender por um par de meses, mas depois cai e vem a recessão.

Está passando da hora de o país acordar para o que está acontecendo. O Brasil está mudando de categoria e se tornando um país irrelevante para o investimento estrangeiro. Sem disciplina fiscal, o Brasil deixa de ser uma economia interessante e sai do radar do resto do mundo.

Claudia Safatle é jornalista da equipe de criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Goiânia

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Faça isso 2x ao dia se você sofre com dores no corpo (é incrível)

ALIVEDOR

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Dor nos joelhos? Faça isso todos os dias

JOELIFE

Leia Mais

LINK PATROCINADO

Especialista alerta: Se sente dores na coluna faça isso em casa (Assista)

DR. WILSON GARVES - ESPECIALISTA EM DOR

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

VARIOFF

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Goiânia

NAIL CURE

Conteúdo Publicitário

'Não tenho esse horror ao Lula. Ele sabe compor', diz FHC

VALOR INVESTE

Governador de MG diz que Bolsonaro confundiu a população na pandemia

VALOR INVESTE

Prejuízo líquido da Embraer cai 62% para R\$ 489,9 milhões

VALOR INVESTE

Mais do Valor **Econômico**

Um reforço a curto prazo e uma cura duradoura para a América Latina e o Caribe



30/04/2021 11:16 — Em Blog do FMI

Expectativa da Pfizer é que cheguem "muitos milhões" de doses de vacina por semana ao Brasil

30/04/2021 11:15 — Em Brasil

UE acusa Apple de violar regras antitruste em loja de aplicativos

Gigante americana é investigada por pressionar rivais a utilizar seu sistema de pagamentos para vender conteúdo digital



30/04/2021 11:12 — Em Empresas

IBGE: Alta do desemprego combina efeito sazonal e agravamento da pandemia

“O que fica claro é a interrupção do aumento da população ocupada”, avalia Adriana Beringuy



30/04/2021 11:07 — Em Brasil

Na OMS, Queiroga exalta Bolsonaro e diz que presidente coordenou medidas contra pandemia

Ministro da Saúde também apelou aos países que possuem excedente de vacinas para que priorizem o Brasil



30/04/2021 10:56 — Em Brasil

EUA: Renda sobe 21% em março e consumo cresce 4,2% após estímulo fiscal

Aumento fora do comum é explicado pelo envio de cheques de até US\$ 1.400 para a maioria das famílias proporcionado pelo pacote fiscal de US\$ 1,9 trilhão



30/04/2021 10:50 — Em Mundo

Receita de exportação cresce 61% e impulsiona desempenho da Grendene no 1º trimestre

"O mercado internacional é um dos grandes vetores de crescimento da Grendene, tem muito espaço para crescer", disse o diretor de relações com investidores, Alceu Albuquerque, em entrevista ao Valor

30/04/2021 10:49 — Em Empresas

França planeja começar a vacinar todos os adultos em junho

O país está aplicando cerca de 350 mil vacinas por dia, mesmo com os estoques tendo aumento nas últimas semanas



30/04/2021 10:47 — Em Mundo

VEJA MAIS